

# Cabral propõe mandato de seis anos

O deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, já advertiu a companheiros seus do PMDB que no seu substitutivo a ser apresentado em breve vai propor um mandato de seis anos para o presidente Sarney. O argumento por ele invocado é de que o mandato de seis anos é um direito adquirido por Sarney no texto constitucional em vigor e que não pode ser revogado pela Constituinte, a não ser em uma negociação que envolva o próprio beneficiário, no caso o presidente da República.

Por outro lado, em setores do PMDB ligados ao Planalto há quem admita a possibilidade de que sendo vitoriosa a bandeira do parlamentarismo, conferir ao presidente Sarney mais um ano de mandato, ao invés dos cinco, por ele reivindicados, seria uma forma de compensá-lo pela perda de poderes que acarretaria a adoção do novo regime de governo. Há ainda os que, no PMDB, sustentam o ponto de vista de que uma eleição presidencial isolada, como seria a de 89, implicaria em graves riscos para o partido, pois pode beneficiar um candidato como o ex-governador Leonel Brizola, cujo partido, o PDT, não dispõe de estrutura para favorecê-lo. Promovendo as eleições presidenciais em 88 ou 90, com dois turnos, coincidindo com o pleito municipal ou o dos governadores, o candidato do PMDB teria grandes chances de vitória. Isso porque o PMDB não só é o único partido organizado em todo o país, como dispõe a seu favor da maioria dos governos estaduais.

## Nakasone, Brasil e Japão

O deputado mineiro Homero Santos, primeiro vice-presidente da Câmara, chefiou recentemente uma missão parlamentar brasileira que visitou o Japão, ocasião em que foi recebido em audiência pelo primeiro-ministro japonês, Nakasone. No decorrer da audiência, o primeiro-ministro informou ao vice-presidente da Câmara que o Japão tem todo o interesse em ajudar o Brasil. Não só porque possui antigos vínculos comerciais com o nosso país, mas principalmente pelo fato de viver no Brasil o maior núcleo de população japonesa fora do Japão.

Nakasone, porém, advertiu a Homero Santos que o Japão não pode jogar o seu dinheiro pela janela, pois os recursos financeiros de que dispõe pertencem afinal ao seu povo. Nessas condições, o Japão está disposto a fazer investimentos financeiros no Brasil, mas com a garantia do FMI, do qual não abre mão. Recorda Homero que um dia após a sua audiência com Nakasone, o premier japonês recebeu também o general Jarulewski, presidente da Polônia, país também interessado em obter ajuda financeira do Japão, a quem fez a mesma exigência.

## Encontro frustrante

Na quinta-feira à noite o deputado Ulysses Guimarães reuniu-se em sua casa com o deputado Bernardo Cabral e as principais lideranças do PMDB. A intenção de Ulysses era registrar avanços, no trabalho de coordenação de novo substitutivo ao projeto de Constituição. Mas o encontro terminou em frustração, porque o

Cabral não teve condições de levar à reunião o esboço sequer de um roteiro do futuro substitutivo que cogita apresentar, como relator da Comissão de Sistematização.

A respeito do mesmo assunto, o ministro Aureliano Chaves, no último encontro que manteve com Ulysses Guimarães, disse-lhe que considera inaceitável o texto de Constituição produzido até aqui pela Constituinte. Alega Aureliano que o país seria ingovernável, se submetido aos dispositivos aprovados pela Constituinte em sua primeira fase. Ulysses respondeu ao ministro das Minas e Energia que ia refletir sobre o assunto.

## Cinco anos para Sarney

O deputado paulista Roberto Cardoso Alves, do PMDB, diz que não desistiu de formar o bloco suprapartidário. Explica que o bloco não se destina a dar apoio ao governo Sarney. Visa tão somente a influir na Constituinte. No entanto, adverte que somente o grupo que ele tenta aglutinar seria capaz de dar a Sarney os cinco anos de mandato.

## Ato construtivo

Na terça-feira da próxima semana duas sessões noturnas da Assembléia Nacional Constituinte serão reservadas exclusivamente ao debate em torno do parlamentarismo versus presidencialismo. Sessões semelhantes estão previstas para quarta e quinta-feiras, com as discussões girando sempre em torno de temas constitucionais controversos, como reforma agrária e empresa nacional.